

ECONOMIA DO MARANHÃO E DE SÃO PAULO: SEMELHANÇA NA ORIGEM, DESCONTINUIDADE NO DESENVOLVIMENTO¹

Francisco Benedito da Costa Barbosa²

RESUMO

O trabalho dá ênfase ao período de 1755 a 1840 no qual o algodão, no Maranhão, e o açúcar em São Paulo promoveram crescimento econômico nessas respectivas regiões. Enquanto o Maranhão não soube dar continuidade a economia agroexportadora que lhe tinha colocado em destaque no Brasil, São Paulo fez da economia açucareira sua plataforma do desenvolvimento econômico, ao transferir capital e infraestrutura do açúcar para o novo ciclo econômico do café. A economia agroexportadora de São Paulo – açúcar e café – criaram as condições para que no início do século XX, o estado iniciasse sua industrialização. Nessa época, o Maranhão tinha perdido o ciclo do algodão e encontrava-se em situação de grande pobreza. Três componentes fizeram essa diferença: mercado, mão-de-obra e tecnologia. Para São Paulo o mercado do café suplantou o de açúcar; a mão-de-obra escrava foi substituída pela assalariada; fundaram-se instituições de pesquisa e ensino agrônômico. O Maranhão assistiu o declínio do seu mercado de algodão por não ter competitividade, que estava comprometida com o custo crescente da mão-de-obra escrava e também por não ter tecnologias que aumentassem a produtividade.

Palavras-chave: Maranhão, algodão, São Paulo, açúcar, desenvolvimento.

ECONOMY OF MARANHÃO AND SÃO PAULO: SIMILARITY IN THE ORIGIN, DISCONTINUITY IN THE DEVELOPMENT

ABSTRACT

The work focuses on the period from 1755 to 1840 in which cotton, in Maranhão, and sugar in São Paulo economic growth promoted in these respective regions. While the Maranhão didn't continue the economy that you had put into agriexporting in Brazil, São Paulo made the sugar economy economic development platform, to transfer capital and infrastructure for the new sugar coffee business cycle. The agriexporting economy of São Paulo – sugar and coffee – has created the conditions for that at the beginning of the 20th century, the State begin their industrialization. At that time, the Maranhão had missed the cotton cycle and found itself in a situation of extreme poverty. Three components made this difference: market, labor and technology. To Sao Paulo coffee market supplanted the sugar; the slave labor was replaced by self-employed persons; founded-if agronomic education and research institutions. Maranhão watched the decline of its cotton market because it does not have competitiveness, which was committed to the rising cost of slave labor and also for not having technologies that increase their productivity.

Key words: Maranhão, cotton, São Paulo, sugar, development.

¹ Pesquisa *IPADES*, 2012. Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – *IPADES*.

² Eng. Agr. Pós-graduado *Stricto Sensu*. Planejamento do Desenvolvimento. Desenvolvimento Econômico. Sócio Presidente – *IPADES*.

INTRODUÇÃO

Os ciclos econômicos propiciados pela agricultura quando bem aproveitados com poupança, investimento e inovação funcionam como uma boa alavanca ao desenvolvimento econômico. Caso contrário, a oportunidade perdida trás grandes prejuízos que, no longo prazo, levam ao surgimento da pobreza, na outrora região economicamente próspera. Essa realidade é muito presente no Brasil. Este trabalho demonstra-a com a pesquisa sobre as respectivas origens agrícolas e posterior descontinuidade nos seus desenvolvimentos ocorridos com os atuais Estados do Maranhão e São Paulo.

O algodão no Maranhão e a cana-de-açúcar em São Paulo, no período da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX, foram responsáveis por dois importantes ciclos de produção nessas regiões, todavia proporcionaram, a partir das respectivas acumulações de capital, processos de desenvolvimentos econômicos diferentes nessas duas regiões.

A economia açucareira forneceu capital e infraestrutura à expansão cafeeira do Oeste paulista. Esta lançou as raízes da industrialização de São Paulo, no início do século XX, que concomitantemente ao ir se industrializando, também modernizava sua agricultura. Esse processo teve no conhecimento, na inovação, nas instituições, no empreendedor nas políticas de apoio, as alavancas do seu desenvolvimento econômico que não conhece descontinuidade até hoje.

A economia algodoeira, mesmo introduzindo as primeiras indústrias no Maranhão, estabelecendo um forte comércio em São Luís, e contribuindo para o título de Atenas brasileira a essa cidade, não foi capaz de estabelecer desenvolvimento econômico que se assemelhasse a São Paulo. Pelo contrário, o Maranhão após o *boom* da economia algodoeira caminhou para uma situação de pobreza, cuja recuperação só viria a ter início a partir de 1920, desta feita, com a produção extrativa do babaçu, cujo óleo comestível apresentava um mercado em expansão. Porém, faltou ao Maranhão àquelas componentes acima mencionadas ocorridas em São Paulo, o que impediu a correção de rumo de sua economia quando da perda de dinamismo na cotonicultura.

Essa perda de dinamismo da economia algodoeira maranhense deveu-se a alguns aspectos. Uns próprios da economia colonial que se organizava, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas para Portugal, neste caso, através da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Isto

porque não inseria o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como as mercadorias, o capitalizasse, pois o excedente que lhe cabia constituía-se muito mais numa espécie de remuneração pelo trabalho, ou seja, a parcela da apropriação colonial era pequena, significando o pouco deixado pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais aos produtores da colônia. Mesmo depois da extinção dessa companhia não houve por parte dos comerciantes locais um reordenamento desse processo. Outros aspectos dizem respeito a não modernização da produção e a um custo crescente da mão-de-obra escrava, que não lhe permitiam competir com a produção paulista e a americana que apresentavam maior produtividade.

A pesquisa aborda no primeiro segmento a situação maranhense vivida com o ciclo do algodão do *boom* ao fracasso. No segundo é analisada a situação de sucesso vivida por São Paulo, que lhe credencia como o Estado brasileiro mais desenvolvido. A guisa de conclusão o trabalho oferece uma análise, pertinente aos dias atuais, para aquelas regiões, inclusive o Maranhão, de quais fatores continuam a não permitir que o desenvolvimento econômico se estabeleça de modo sustentado e sustentável nessas regiões.

Maranhão: Da Agricultura de Exportação ao Extrativismo

Em 1751 houve inversão político-administrativa no Norte do Brasil colonial. O Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, criado em 1621, eligação direta com a metrópole lusitana, passa a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão com sede em Belém. Foi nomeado para governar a Capitania do Maranhão, Luís de Vasconcelos Lobo (1751-1752), com a patente de tenente-coronel de Infantaria, subordinado ao capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Mendonça, 1963, t1).

Um dos primeiros problemas que o governador enfrentou foi a reclamação dos produtores maranhenses por não poderem mais mandar suas cargas diretamente para o Reino, ficando muitas delas no Pará, abandonadas pelos capitães dos navios. O governador endossou a reclamação dos produtores ao verificar as potencialidades do porto de São Luís – “o mais seguro de toda a América” – e a diversidade da produção da Capitania, baseada nas culturas do algodão, do arroz, na extração da baunilha e das madeiras, além da confecção de solas e de couro em cabelo. Segundo o governador, o Maranhão poderia oferecer o melhor açúcar da colônia e excelente

tabaco se os moradores pudessem transportar seus produtos em navios avulsos, fora do sistema de frotas. ¹

O elogio do governador ao açúcar maranhense devia-se ao cultivo da cana-de-açúcar às margens dos rios Parnaíba, Itapecurú e Mearim, onde os canaviais se sustentavam por mais de 25 anos, produzindo açúcar mais claro em todo o Estado do Grão-Pará e Maranhão (Mendonça, 1963, t1). A longevidade dos cultivos e a qualidade do açúcar se deviam aos solos de aluvião de alta fertilidade existentes às margens desses rios e ao clima propício, que propiciavam sacarose de qualidade.

Já Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao tecer considerações sobre as condições da agricultura de exportação do Maranhão, tratou do cultivo do arroz que ao lado do açúcar formavam a dupla de produtos mais importantes para Portugal. Os produtos extrativos não foram esquecidos: anil e urucu forneciam bons corantes; mamona, pinhão, andiroba, castanha e copaíba davam excelentes azeites. A correspondência do governador-geral ainda informava sobre o povoamento de algumas regiões férteis, como as margens do rio Mearim, próprias para o cultivo da cana-de-açúcar, o estabelecimento de engenhos e dotadas de muitos pastos para o gado (Mendonça, 1963, t1). As potencialidades da agricultura e dos produtos extrativos do Maranhão levaram Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, segundo governador, (1753-1761), após a inversão político-administrativa, a se interessar pelo projeto de criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, adquirindo ações da mesma (Carreira, 1988, v.2).

Essa companhia² despertou a economia maranhense. Introduziu mão-de-obra africana, melhores técnicas agrícolas e crédito, variáveis que impulsionaram a agricultura, principalmente o algodão, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa, que nesse momento deixara de contar com a produção norte-americana em virtude da declaração da independência das treze colônias inglesas, em 1776. Iniciou-se um período de mudanças importantes, demarcando a passagem de uma economia pautada na criação de gado e no extrativismo para um modelo agroexportador. A criação de gado e a produção de couro continuaram como atividades relevantes para a economia local, mas o algodão e o arroz despontaram na segunda metade do Setecentos no mercado externo, como principais produtos maranhenses (Mota, 2004). A companhia, concessionária do monopólio do comércio do algodão, desde 1756, foi extinta em 1777 com a cassação do seu privilégio que não foi renovado. Mas o impulso de uma economia agrícola estava dado na economia maranhense.

O algodão cultivado no Maranhão, nessa época, eram as variedades nativas de fibra longa; mocó (*Gossypium hirsutum*) e crioulo rim-de-boi (*Gossypium brasiliense*), ambas de ciclo curto, conhecidas pelos índios. As variedades de cultivo anual só foram introduzidas no Brasil no período do Império, com sementes importadas da Inglaterra e Estados Unidos, no período da guerra civil americana, (1860-1865) (Enciclopédia, 1995);(Canabrava, 2005).

O impulso ao cultivo do algodão e demais atividades da companhia teve o apoio da administração de Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1779), que passou à história como o mais profícuo da época colonial, malgrado as dificuldades de manutenção da Capitania e os obstáculos ao seu desenvolvimento. Segundo fontes historiográficas, ele foi responsável por diversas tentativas de engrandecimento da terra que governou por 18 anos, quatro na condição de subalerno ao titular do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e outros 14 como governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Piauí, este criado em 1772, e instalado em 1774 (Santos, 2011).Essa unidade política perdurou até 1811, quando se tornaram duas Capitánias independentes (Cambouleyrion, 2005).

Além das injunções geopolíticas,a divisão política do Estado do Grão-Pará e Maranhão representou a ascensão desse militar na administração daqueles territórios, pois, finalmente, o Maranhão tornou-se independente do Paráe ainda agregou a Capitania subalterna do Piauí. Essa divisão era pleiteadapela elite da sociedade maranhense desde 1721, que requeria a divisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão em dois governos independentes. Em 25 de março de 1722 o rei D. João V reconheceu a necessidade de dois governos distintos com base em parecer favorável do Conselho Ultramarino, mas se posicionou com cautela:

“porém que esta divisão se não deve praticar por ora, senão para o futuro quando se houver de consultar esse governo, de que vos aviso para que assim o tenhais entendido” (Barata, 1973).

As análises dos governadores do Maranhão e também do governador do Grão-Pará e Maranhão a respeito da potencialidade e da produção maranhense se comprovaram com o desempenho da economia agroexportadora, visto que entre 1760 e 1771, as exportações de algodão passaram de 651 para 25,5 mil arrobas (Gaioso, 1970). O movimento no porto de São Luís, inicialmente de três navios, atingiu 26 em 1788. Em 1774, com a força da economia algodoeira o Maranhão liderava o PIB per capita do Brasil com 112 dólares,o menor era da Paraíba com 22,4dólares, enquanto que o PIB médio brasileiro ficava em 61,2 dólares (Arruda, 1980). Em 1780, o algodão

respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, superado pelo açúcar que as liderava com 34% (Pinazza; Alimandro, 2000).

Em 1815, a economia maranhense pagava ao tesouro português mais tributos do que o resto do reino, excetuadas as demais províncias brasileiras. As condições de vida de sua população melhoraram, forma-se um movimento intelectual pautado no Arcadismo e na introdução do pensamento pré-romântico no Brasil (Nicola, 1998). Este foi responsável pela denominação de Atenas brasileira para a cidade de São Luís, que ganha nova dimensão até situar-se como quarta cidade brasileira em população atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em 1822 (Tribuzi, 1981).

Até o terceiro decênio do século XIX a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”. A participação desse produto na exportação variou de 73% a 82%, continuando a ser o mais importante produto da exportação maranhense até os primórdios do século XX (Carvalho, 1982). O algodão colocou o Maranhão em destaque em alguns aspectos. Primeiro grande produtor e exportador brasileiro de algodão, no final do século XVIII. No século XIX, instalou o primeiro descaroçador na fazenda Barbados, em Itapecurú, e a primeira estação experimental com algodão, em Coroatá. Foi pioneiro na industrialização do algodão. São Luís já foi a “Manchester brasileira” teve seis fábricas. Em Caxias funcionavam quatro e em Codó uma. 3

O algodão deu vida ao Maranhão e o transformou, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas Capitânicas. Fez, pelo menos num momento, o Maranhão ter seu lugar no grande cenário da economia brasileira. Também o mudou na sua etnia e na sua cultura com a vinda dos escravos africanos.

No entanto, toda essa força econômica do algodão não foi capaz de dar continuidade ao desenvolvimento do Maranhão. Essa economia entrou em declínio no final do século XIX. A agricultura voltou a ser de subsistência e o Estado só retomou a um novo ciclo econômico com o extrativismo do babaçu, a partir da década de 1920, e a agricultura camponesa. Esta, estabelecida por migrantes nordestinos que a partir da segunda metade da década de 1930 passou a ocupar os vales dos rios maranhenses. Quais fatores concorreram para esse quadro?

Se a independência das treze colônias americanas contribuiu para que o preço do algodão ativasse a cotonicultura maranhense, na segunda metade do século XVIII, com o fim da Guerra de Secessão (1861-1865), os Estados Unidos ao retomarem sua

produção com melhor produtividade fizeram os preços do algodão no mercado internacional caírem com reflexos na produção maranhense.

No plano interno, enquanto o cultivo do algodão no Maranhão ainda dependia de mão-de-obra escrava, com custos crescentes, São Paulo já produzia café, no final do século XIX, com mão-de-obra não escrava, a qual lhe proporcionava uma nova expansão econômica via as indústrias de bens de consumo imediato que passaram a surgir. Nessa condição, os investimentos paulistas faziam crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica ao investido, isto porque o investimento se transforma em pagamentos e fatores de produção, o que hoje denominamos de cadeia produtiva a montante. Na economia exportadora-escravista do Maranhão, o resultado do investimento era inverso. A maior parte dele fazia-se em pagamento no exterior com a importação da força de trabalho. Por sua vez essa mão-de-obra não tinha renda de modo a fomentar um fluxo interno na economia. 4

Enquanto o Maranhão ainda se encontrava “preso” à produção escravista São Paulo passava a liderar o parque têxtil nacional em virtude de apresentar mercado local em expansão devido às melhores condições agronômicas de cultivo para o algodão, a força de trabalho assalariada do café e a posição geoeconômica que lhe propiciava o comércio com as regiões Sul e do Brasil Central.

Com a liberação dos escravos, a concorrência externa acirrada nos mercados do algodão em pluma e a concorrência interna promovida por São Paulo, a economia algodoeira maranhense entra em colapso, e com ela a economia do Maranhão que se retrai para uma agricultura de subsistência.

Só a partir da década de 1920 o babaçu, produto extrativo passará a se projetar como o novo produto de exportação. A indústria de óleo de babaçu começou a prosperar na década de 1930, como resultado do aumento na demanda de óleos láuricos 5 no mercado internacional.

O babaçu foi produto importante no comércio internacional antes e durante a Segunda Guerra Mundial, quando a importação de polpa de coco, das Filipinas, foi interrompido devido à ocupação japonesa. O babaçu passou a ser o produto mais importante da economia maranhense, de modo que na década de 1970 contribuía com 54,7% do ICM do Estado do Maranhão (May, 1990). O Maranhão que com a economia algodoeira chegou a liderar a renda *per capita* brasileira, com a economia do babaçu, teve o valor dessa renda reduzida a um quarto. (SUDENE, 1984).

A decadência da economia do babaçu, sucessora da economia algodoeira, no Maranhão, teve três principais fatores. O óleo de babaçu teve dois importantes mercados, o industrial e o de óleos comestíveis. O primeiro sofre a concorrência de detergentes feitos de componentes sintéticos; o segundo tem a concorrência do óleo de soja. Mesmo que o mercado desses óleos de babaçu se mantivesse aquecido, a produção extrativa da matéria-prima não atenderia essa demanda por ser um produto extrativo, que entraria em sua fase de declínio causada pela redução dos recursos e pelos aumentos nos custos de extração (Homma, 1993).

A acumulação de capital da economia algodoeira maranhense não contribuiu para modernizar essa agricultura. Os investimentos ocorreram tão somente em fábricas que dependiam de matéria-prima com um custo crescente, devido entre outros fatores, as distancias cada vez maiores, das áreas de produção para as indústrias, inviabilizando o preço do produto industrializado. Com a total desarticulação da economia algodoeira esses investimentos se direcionaram para o comércio, fortalecendo a área comercial da Praia Grande em São Luís.

Observa-se que a economia do algodão que ocorreu no Maranhão, por aproximadamente um século, tenha o projetado na economia brasileira, e melhorado em alguns aspectos as condições de vida, sobretudo em São Luís, não serviu como suporte para promover seu desenvolvimento econômico. Sua decadência fez o Estado buscar novas opções econômicas, porém limitadas. A primeira foi no extrativismo do babaçu, fruto da palmeira *Orbignia* sp, vegetação sucessora natural e dominante após a derrubada e queima da floresta primária. A segunda pautou-se na agricultura de subsistência, com excedentes para o mercado. Esta promovida no sistema corte-queima, cujo excedente ocorria em função da fertilidade natural dos solos, principalmente da região do Mearim, e na fertilização introduzida pela queima da biomassa da floresta primária, no preparo da área para o plantio, permitindo até três colheitas sucessivas, na mesma área, com resultados econômicos compensatórios.

São Paulo: Da Agricultura à Industrialização

A decadência da Capitania de São Paulo vinha do século XVI, quando deixou de participar da exportação de açúcar e passou a participar dessa cadeia produtiva apenas como fornecedora de mão-de-obra indígena, de preço muito inferior à africana. Seu primeiro despertar econômico se deu com seus descobridores de ouro e a participação no abastecimento nas minas gerais, a mais rica área de exploração

aurífera. A fase durou quase meio século, aproximadamente de 1690 a 1733; em seguida, a área paulista voltou ao recesso econômico. Nessa condição a economia se apoiava no caminho de Sorocaba, que conduzia aos negócios do gado vindo do Sul, dando uma relativa vitalidade mercantil, como fator dinâmico dessa economia de decadência (Canabrava, 2005).

A produção de açúcar encontrava duas dificuldades. A primeira é a baixa fertilidade natural dos solos arenosos da faixa litorânea de São Vicente e Santos. A segunda era a descida até o porto de Santos, que deixou em situação de isolamento o planalto paulista durante quase todo o período colonial, em função da "muralha" da serra do Mar, desestimulando o plantio da cana-de-açúcar no planalto. Essas condicionantes fizeram com que a Capitania se mantivesse com uma agricultura de subsistência e determinando um esvaziamento demográfico que resultou na sua extinção em 1748, convertendo-se em comarca da Capitania do Rio de Janeiro. A nova autonomia administrativa ocorreu em 1764, devido às agressões castelhanas na área meridional da Colônia. Para administrá-la foi nomeado governador D. Luiz Antônio de Sousa Mourão, o Morgado de Mateus, governando-a até 1775.⁷

Em função dessas dificuldades para a produção do açúcar a economia apoiou-se mais na comercialização de produtos do que na produção dos mesmos. A lavoura existente na Capitania era a policultura praticada em pequenas propriedades voltada para um abastecimento local e não para exportação. A mão-de-obra escrava não vinha da África, era o indígena, capturado nos sertões brasileiros, que também se constituía em mercadoria nos mercados próximos.

Esse primitivo núcleo planaltino era auto-suficiente, quer culturalmente, quer política e economicamente, isolado do resto do Brasil. Havia de certo, muitos contrastes entre a Capitania de São Paulo e o Brasil. Enquanto os colonizadores e os plantadores de cana-de-açúcar localizados na costa concentravam o seu interesse no tráfico marítimo com Portugal e tinham os olhos fixados no Atlântico, os moradores do planalto tinham os olhos voltados para o sertão inexplorado."

Na verdade a Capitania de São Paulo não se encontrava isolada do restante da Colônia, nem partiu "do zero" em 1765 para seu renascimento agrícola. O que ocorreu foi uma transformação econômica, seguida de várias alterações na infra-estrutura urbana e nas suas relações sociais, que continuaram até a virada para o século XIX. A localização de São Paulo distante do litoral, o obstáculo natural da serra do Mar, a falta de bons caminhos para os portos exportadores, a inexistência de uma economia local lucrativa para a Metrópole - seguindo os moldes do Nordeste e região aurífera - tudo

isto, que era entrave para o crescimento econômico de São Paulo, favoreceram o surgimento de uma economia voltada para os mercados internos do Brasil, baseada na atividade comercial, principalmente, e sustentada por uma extensa rede de caminhos interligando, mesmo que com dificuldades, as várias regiões da Colônia (Denise, 2012).

Com essas condições a economia da Capitania era predominantemente mercantil, explicada pela relativa importância da riqueza que ia se formando em seu entorno, na convergência das grandes vias internas. São Paulo era esse ponto de convergência que se caracterizava pelos segmentos: Itu e Sorocaba, no caminho do gado; Parnaíba e Moji-Guaçu, na estrada de Goiás; Guaratinguetá, no caminho do Rio de Janeiro; Santos, como porto de mar. Essas localidades eram conhecidas como cabeças de estrada, locais de pouso, centros de aprovisionamento de negócios, com a função de mercados regionais ou de sua área, mas cuja interligação tinha São Paulo como centro de apoio (Canabrava, 2005).

Com a expansão da cultura da cana-de-açúcar no interior, desta feita em solos de boa fertilidade, ocorreram mudanças na dinâmica econômica paulista, pois a Capitania deixou de se voltar apenas para o interior da Colônia e direcionou o fluxo produtivo também para o comércio externo ampliando sua economia diferentemente das demais cujo objetivo econômico prendia-se tão somente ao mercado externo. O acerto da decisão do governador Morgado de Mateus em impulsionar o cultivo da cana-de-açúcar foi entusiasticamente expresso em 1796, pelo governador Bernardo José de Lorena ao transmitir o cargo ao sucessor:

A agricultura comercial é responsável pelo desaparecimento da “preguiça”, na qual tantos autores falam. Mais que a “preguiça” ou “vadiagem” era a ausência de uma atividade econômica lucrativa o que determinava a imobilidade da população da Capitania. 8

Portanto, o que era o grande obstáculo, a exportação da produção do planalto, ou seja, a descida da Serra-do-Mar começou a ser enfrentado. A primeira grande contribuição da economia açucareira foi a melhoria da ligação entre planalto e o porto de Santos. Nesse aspecto dois fatos de significativa importância ocorreram. O primeiro foi o calçamento da descida da Serra-do-Mar, concluída em 1791, no governo de Bernardo José de Lorena, que ficou conhecido pelo nome de “Calçada do Lorena”, e que hoje funciona como ponto turístico na cidade de São Paulo. O segundo foi a conclusão da estrada de terra entre Cubatão e Santos, em 1826, pelo governador Lucas Antônio Monteiro de Barros, eliminando o transporte por canoas. Assim, as

tropas carregadas de açúcar podiam chegar até o porto de Santos por via terrestre, sem os eminentes perigos de constantes acidentes na descida da Serra-do-Mar e na travessia em canoas entre Cubatão e Santos.⁹

Essas melhorias na infraestrutura contribuíram decisivamente para a produção do açúcar no planalto. Os primeiros dados conhecidos sobre a produção e exportação de açúcar em São Paulo são de 1797 que registra 114,5 mil e 83,8 mil arrobas produzidas e exportadas respectivamente. O açúcar ia se constituindo no esteio econômico da Capitania. Grande parte da população tinha suas atividades ligadas à produção e ao comércio açucareiro. A recuperação econômica de São Paulo se deve, em grande parte, ao açúcar. Este produto correspondia à metade das exportações, em 1807. Em 1847, a exportação alcançou seu ponto alto com 597,5 mil arrobas. A partir daí o café surgirá como o novo produto paulista e brasileiro de exportação. ¹⁰

O cultivo da cana-de-açúcar foi responsável pela modificação completa do panorama socioeconômico da Capitania de São Paulo, criando uma infra-estrutura (estradas, o porto de Santos e comércio), necessária ao desenvolvimento do comércio exterior, que foi aproveitado pelo café do Oeste paulista. A economia açucareira possibilitou o aparecimento de comerciantes, beneficiadores, encaixadores, etc. Para a economia cafeeira será muito mais fácil, pois já encontra uma base operacional organizada. Cumpria apenas ampliá-la, o que fez. Essa

Nessa conjuntura, a poupança interna promovida por essa economia apareceu em novos investimentos no ano agrícola de 1846-1847, de maior exportação de açúcar por São Paulo, ao coincidir com o maior plantio de grandes cafezais, cuja frutificação ocorreria no ano agrícola de 1851-1852, quando a exportação de café superou a de açúcar. ¹¹

No aspecto econômico a substituição do cultivo da cana-de-açúcar pelo café deu-se pela má qualidade do açúcar paulista, sendo o de menor cotação no Brasil, e também pelas condições do mercado externo ávidos de café e saturados de açúcar de qualidade melhor, favorecendo essa mudança. Nessas condições, a troca do “bastão econômico” do açúcar pelo café que fez São Paulo não perder a acumulação de capital do seu primeiro ciclo econômico – o do açúcar – deveu-se ao entendimento e atendimento do mercado internacional, e as condições agronômicas favoráveis ao cultivo do café, em solo paulista.

No aspecto sociológico o ciclo paulista do açúcar, com apenas 75 anos, não forjou uma sociedade com fundamentos definidos como no Nordeste onde esse ciclo

teve duração de mais de dois séculos. Desse modo, a “sociedade paulista do açúcar” adaptou-se rapidamente a novos condicionantes determinados pelos cafezais.

Até 1840, a economia açucareira foi hegemônica em São Paulo. Desse momento em diante o café inicia sua trajetória vitoriosa na economia paulista e brasileira. A partir da década de 1880 a economia cafeeira do Oeste paulista trará substanciais modificações ao panorama econômico paulista. Nesse momento a expansão cafeeira estava totalmente assegurada pelo trabalho não escravo. A cafeicultura dessa região havia solucionado sua questão fundamental, a força de trabalho. Com a recuperação dos preços do café, que haviam caído desde 1882, as condições para a expansão do plantio a partir de 1886-1887 mostravam-se extremamente favoráveis, de modo que a capacidade produtiva atingiu cerca de 685 milhões de pés de café no início do século XX. A participação paulista no total da produção brasileira que era de 40%, em 1885, passou para mais de 60% (Cano, 1990).

Com essa expansão e suas dinâmicas relações capitalistas de produção, essa atividade foi, sem qualquer dúvida, superior a qualquer outra do país, quer em termos de sua própria dimensão absoluta, quer em termos de sua capacidade geradora de dinâmico processo de acumulação de capital e também em termos de expansão do mercado interno. Foi essa cafeicultura que estabeleceu um período de forte desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, conduzindo-o à industrialização.

Os anos entre 1886 e 1894 foi o período em que o grande capital cafeeiro se consolidou no Estado de São Paulo, no auge de um ciclo de expansão das exportações de café. Seu primeiro grande investimento foi na expansão das estradas de ferro. Depois vieram as participações em outros setores da economia: o comércio de exportação e importação, bancos, serviços urbanos e as indústrias. A economia cafeeira também deu contribuição importante na produção do conhecimento voltado à essa produção através da Estação Agronômica de Campinas (1887), transformada no Instituto Agronômico (IAC), da Escola Agrícola Prática de Piracicaba (1897), hoje Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, e do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal (1927), o Instituto Biológico. Essas instituições tiveram papel importante na diversificação da agricultura paulista quando a economia cafeeira sofreu as consequências do *crash* da bolsa de Nova York.

CONCLUSÃO

A grande diferença atual entre os Estados de São Paulo e Maranhão, em relação aos seus respectivos desenvolvimentos econômicos, tem origem com o desenrolar dos ciclos econômicos – algodão no Maranhão e açúcar em São Paulo – iniciados na segunda metade do século XVIII.

São Paulo, ao ter feito a sinergia entre a economia açucareira e a cafeeira, soube aproveitar a conjuntura que lhe era favorável. Porém, mais que isto, foi capaz de modernizar sua economia e buscar na tecnologia a permanência dessa modernização. Ao trocar a mão-de-obra escrava pela assalariada deu início a criação do seu mercado interno de bens de consumo imediato e de massa: alimentos e vestuário.

O Maranhão não foi capaz de fazê-lo. Manteve-se prisioneiro de um modelo único de produção e de mercado, que se modificava com o passar dos anos, mas que as elites maranhenses não eram capazes de perceber, conseqüentemente não se modernizava. Cite-se como exemplo a manutenção da mão-de-obra escrava, cada vez mais escassa e cara, e incapaz de proporcionar a formação de um mercado interno, como o obtido pelos paulistas.

Enquanto a economia cafeeira lançava as bases da industrialização de São Paulo, no início do século XX, o Maranhão deixava de ter uma economia agrícola para, após período de anomia econômica tentar se reabilitar através da economia extrativa do babaçu e de uma agricultura de subsistência com algum excedente para o mercado.

São Paulo, durante a crise da economia cafeeira, mesmo com sua base industrial já lançada parte para diversificar sua economia agrícola apoiada nas instituições de pesquisa e ensino agrônômico em funcionamento no estado. A economia maranhense voltava a crescer, mas desta feita apoiada na expansão da sua fronteira agrícola na trilha do sistema de agricultura camponesa de corte-queima.

Esta, após o abandono da área cultivada via surgir a predominância dos babaçuais, ou seja, sua economia dependia exclusivamente dos recursos naturais: a queima da biomassa florestal que fertilizava o solo e propiciava uma produção economicamente compensatória nos seus três primeiros anos de exploração; a extração do babaçu para a produção de óleo que naquele momento tinha mercado em

expansão, mas por ser uma produção extrativa teria limite em atender uma demanda além da capacidade natural da extração.

O Maranhão não foi capaz de transformar o extrativismo dos babaçuais para uma produção em bases agronômicas, ou seja, buscar a domesticação da espécie babaçu e sistematizar sua produção. Nem buscou diversificar sua produção agrícola, pois continuava a lhe faltar conhecimento e geração de tecnologias agronômicas para tal.

Essas variáveis fizeram as diferenças entre o desenvolvimento econômico que prosseguiu em São Paulo, e que hoje o coloca como principal estado da federação, e a estagnação do desenvolvimento econômico maranhense, que o coloca na direção de um dos últimos estados da federação nos indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida.

A importância da história econômica, quando analisada, é entender e evitar que os erros do passado não sejam perpetuados na busca do desenvolvimento presente. São Paulo pode reconhecer que na sua história econômica houve mais acertos que erros, permitindo-lhe chegar a posição de liderança que desfruta no desenvolvimento econômico nacional. Quanto ao Maranhão, é importante rever e mudar os procedimentos até aqui tomados no seu desenvolvimento econômico a fim de sair dessa incômoda posição de estado subdesenvolvido.

NOTAS

1 Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Projeto Resgate. Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03278. Carta de 27 de setembro de 1751.

2 Companhia fundada em 1755, originou-se da proposta da Câmara de São Luís, em 1752, com o objetivo de explorar o comércio da importação de escravos negros. A proposição foi acatada pelo governador-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que a encaminhou ao seu irmão, o ministro do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. O governante metropolitano encampou a idéia, ampliou seus objetivos e deu o monopólio do comércio da região Norte do Brasil a um grupo de comerciantes portugueses, diminuindo a dependência de Portugal em relação aos ingleses. MEIRELES, (2001). *História do Maranhão*. PRADO JR, (2004). *História econômica do Brasil*.

3 As fábricas instaladas em São Luís eram: Fabril Maranhense, Fiação e Tecidos Maranhense, Fiação e Tecidos Rio Anil, Cândido Ribeiro & Companhia (de fiação), Companhia Industrial Maranhense, Cândido Ribeiro & Companhia (de tecidos). Para aprofundamento no pioneirismo em que o algodão colocou o Maranhão, ver: AMARAL, (1958). *História geral da agricultura brasileira: no triplice aspecto político-social-econômico*. ALBUQUERQUE, (1980). *O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos*.

4 Ressalte-se que qualquer mercadoria produzida no sistema escravista tem preço superior à sua similar produzida no sistema capitalista, visto que incorpora em seu custo de produção dois elementos extras: o valor da aquisição do escravo e o salário de quem o vigia.

5 Óleos láuricos são óleos obtidos de palmeiras nativas das regiões tropicais. Se destacam frente a outros tipos de gorduras por sua concentração elevada de ácido láurico, componente importante do leite materno humano, como fator imunológico para os bebês. Também possuem propriedade antiinflamatória. De fácil absorção, os óleos láuricos não necessitam de enzimas para sua digestão e metabolismo. Há três espécies de palmeira das quais se obtêm óleos láuricos: Babaçu (*Orbignya* sp); Dendê (*Elaies guineensis* Jacq.); Coqueiro da praia (*Cocos nucifera* L.).

6 A literatura sobre o desenvolvimento econômico de São Paulo, antes do café, dá ênfase ao movimento dos bandeirantes – no aprisionamento dos silvícolas para utilização como mão-de-obra e na exploração das minas, no século XVII; na ação dos monçoeiros – comerciantes que utilizavam os rios para atender à exploração do ouro no Brasil central, no século XVIII; no movimento dos tropeiros – tendo como ponto forte do comércio a feira de Sorocaba, na primeira metade do século XIX. Isto porque no período colonial, São Paulo ficou à margem dos grandes fluxos comerciais com a Metrópole. O século XVII, em particular, é caracterizado pela decadência da capitania, situação que começa a ser revertida na segunda metade do século XVIII, com a produção açucareira, e no século XIX, com a expansão cafeeira. Poucas obras tratam do importante papel da economia açucareira nesse processo. Merecem destaque: “*A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*”, de Maria Thereza Schorer Petrone, publicada em 1968, e “*História Econômica: estudos e pesquisas*”, de Alice Piffer Canabrava, publicada em 2005. Especialmente o capítulo V.

7 A expressão “capitania de São Paulo” passou a ser utilizada como identidade geográfica, sem conotação administrativa. CANABRAVA, (2005). *História econômica: estudos e pesquisas*, p. 170.

8 Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, DI. Relatório de 28 de junho de 1797, p.207-8. Documento Manuscrito. Citado por PETRONE, (1968). *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*.

9 Op. cit., nota 8, p. 199.

10 Op. cit., nota 8, p. 152-167.

11 Op. cit., nota 8, p. 224.

12 O grande capital cafeeiro se refere a um capital com base na produção de café, porém diversificado, agindo em outros setores da economia, ligados entre si e dependentes da economia cafeeira. Esse grande capital, embora diversificado, tem um caráter predominantemente mercantil e pode ser definido como uma burguesia comercial. É classe superior da burguesia cafeeira. Já o capital produtivo agrário era uma fração de classe constituída de indivíduos que eram apenas proprietários de terra. Eles formavam o médio capital. PERISSINOTTO, (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. p. 30. SUZIGAN, (2000). *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. p. 49.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C.P. **O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos.** Fortaleza: UFC, 1980. Dissertação de Mestrado.
- AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira: no tríplice aspecto político-social-econômico.** São Paulo: Editora Nacional, 1958. 2ª Ed. 2v.
- ARRUDA, J.J.A. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980.
- BARATA, M. **Formação histórica do Pará.** Belém: UFPA, 1973.
- CANABRAVA, A.P. **História econômica: estudos e pesquisas.** São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005.
- CARREIRA, A. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL, 1988, 2 vol. (Documentos).
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1990. 3ª Ed.
- CARVALHO, C.J. **Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910).** Rio de Janeiro; UFRJ, 1982. Dissertação de Mestrado.
- CHAMBOULEYRON, R. Revoltas no estado do Maranhão. **Nossa História**, v. 2, n. 20, p. 40-43, 2005.
- DENISE, M. **Calçadado Lorena: um novocaminhoparaa Capitaniade São Paulo noséculo XVIII.**Série: Brasil Colônia. Disponível em: www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=606 Acesso em 16.03.2012.
- ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. **Algodão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v.1, p. 121-143, 1995.
- GAIOSO, R.J.S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.
- HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades.** Brasília: Embrapa-SPI, 1993.
- MAY, P. **Palmeiras em chama: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu.** São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.
- MEIRELES, M.M. **História do Maranhão.** São Paulo: Siciliano, 2001. 3ª edição.
- MENDONÇA, M.C. (cord.) **A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759).** São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 3 t.
- MOTA, A.S. Família e fortuna no Maranhão Setecentista. In: COSTA, W.C. (org.). **História do Maranhão: novos estudos.** São Luís: EDUFMA, 2004, p. 51-80.
- NICOLA, J. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias.** São Paulo: Scipione, 1998.
- PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.

PETRONE, M.T.S. **A lavoura canavieira em São Paulo:** expansão e declínio (1765-1851) São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Fibra resistente: da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.20,n.11, p.14-21, Nov. 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 46ª reimpressão.

SANTOS, F.V. **O governo das conquistas do Norte:** trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1751-1780. São Paulo: Annablume, 2011.

SUDENE.SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.
Nordeste em dados: 1960-1983. Recife, 1984

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec; Ed. Da Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série "Teses e Pesquisas"; 24). Nova edição.

TRIBUZI, J.P.G. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.